

Considerações sobre a vida contemporânea e o sofrimento psíquico infantil

Considerations about contemporary life and children's psychological suffering

Carlos Eduardo Soares Reis

Lana Veras de Carvalho

DOI: 10.47573/aya.5379.2.55.8

RESUMO

A infância tem sido marcada pelas transformações do mundo contemporâneo. Numa sociedade guiada pela lógica capitalista na qual o consumismo, a alta performance, a medicalização e a busca por identidades padronizadas são aspectos marcantes, as formas de sofrer das crianças estão perpassadas por problematizações sobre as demandas por produtividade, a patologização, o uso de telas, a influência da publicidade, que estão intimamente ligadas com o estilo de vida atual. Entretanto, a interpretação hegemônica coloca o sofrimento psíquico como decorrente de falhas químicas culpabilizando o sujeito e deixando de lado aspectos culturais. Assim, o objetivo desse estudo é tecer uma aproximação entre algumas características da contemporaneidade e o sofrimento de parte das infâncias contemporâneas. Portanto, considera-se que uma compressão do sofrimento para além da perspectiva biomédica é importante para atuação ética do psicólogo e para o empoderamento da sociedade em geral na compreensão dos modos de sofrer das crianças atuais.

Palavras-chave: infância. contemporaneidade. sofrimento.

ABSTRACT

Childhood has been marked by transformations in the contemporary world. In a society guided by capitalist logic in which consumerism, high performance, medicalization and the search for standardized identities are striking aspects, the ways of suffering of children are permeated by questions about the demands for productivity, pathologization, the use of screens, the influence of advertising, which are closely linked to the current lifestyle. However, the hegemonic interpretation places psychological suffering as a result of chemical failures blaming the subject and leaving aside cultural aspects. Thus, the objective of this study is to weave an approximation between some characteristics of contemporary times and the suffering of contemporary childhoods. Therefore, it is considered that a compression of suffering beyond the biomedical perspective is important for an ethical performance of the psychologist and for the empowerment of society in general in understanding the ways of suffering of today's children.

Keywords: childhood. contemporaneity. suffering.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva tecer aproximações entre certas características da sociedade atual e os modos de sofrer das crianças contemporâneas. A motivação base desse manuscrito é a constatação de que cada vez mais as crianças têm sido figuras presentes nos consultórios de psicólogos e psiquiatras ao mesmo tempo em que vivem em uma época onde o sofrimento é alvo maciço de intervenções medicamentosas e discursos especializados que definem a linha do normal e patológico.

Claro que o uso de psicofármacos não é exclusividade da sociedade atual, porém o uso em larga escala tem sido assinalado como característico de nossa época (SANTOS; PEDROSO; SEBASTIÃO, 2019). Isso diz muito a respeito de como o sofrimento psíquico é encarado majoritariamente, a saber, como disfunção biológica decorrente do desequilíbrio dos neurotransmissores (WHITAKER, 2017). Ou seja, as raízes do sofrimento estão supostamente dentro de nós.

Tal abordagem é de fundamental importância, apesar de indiretamente ela solapar as influências da dinâmica do tecido social no sofrimento psíquico. Quero dizer, se existe a perspectiva endógena do sofrimento, poderíamos elencar uma perspectiva “exógena”? Em outras palavras, o estilo de vida atual e os valores vigentes podem refletir em algum grau nesse sofrimento?

Essas perguntas se tornam ainda mais importantes quando quem sofre é criança, pois ainda carregamos a imagem da infância alegre e, quando isso não acontece é mais estranho e espantoso se comparado com o adulto. Na época da informação, onde o fluxo de dados é intenso, é mais comum vermos notícias de crianças depressivas ou demasiadamente ansiosas. Não à toa, cresce o número de diagnósticos como o Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o consumo de metilfenidato (THIENGO *et al.*, 2014; RIBEIRO *et al.*, 2020).

Com isso, pretende-se enfatizar aspectos da sociedade atual que consideramos fundamentais para o entendimento dos modos de sofrer e como isso pode reverberar em parte da infância contemporânea. Para tanto, realizamos uma revisão narrativa de literatura (ROTHER, 2007) que auxiliou na construção da reflexão aqui contida.

VALORES CONTEMPORÂNEOS E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

Na contemporaneidade as instituições que outrora exerciam forte influência sobre os sujeitos encontram-se enfraquecidas na sua capacidade de serem tomadas como referências (MINERBO, 2013). Se comparado a outros períodos da história, a informação trafega mais rápido e, conseqüentemente, os sujeitos dispõem de mais recursos para confrontar verdades instituídas. À medida que tais informações se chocam e a verdade se torna relativa, paralelamente, cresce uma espécie de ceticismo pessimista com relação às referências.

Minerbo (2013) aponta duas consequências diante do enfraquecimento das instituições: a possibilidade de reinvenção de si e a desorientação decorrente dessa possibilidade. Se pensarmos, por exemplo, que as instituições religiosas tinham um poder quase inquestionável e suas regras, mandamentos e orientações norteavam a vida de muitas pessoas, percebemos que ao mesmo tempo elas não permitiam outras possibilidades de ser. Hoje podemos perceber que se uma diretriz bem definida vem à tona, rapidamente surgem diversos contra-argumentos. Há quem veja isso como oportunidade de superação, já outros experimentam desorientação.

As fake news são sintomas desse problema maior. A falta de credibilidade das instituições, o intenso fluxo de informação, a pressa cotidiana por respostas prontas e os déficits na capacidade crítica resultam numa desconfiança intensa acerca daquilo que chegam aos sentidos. Nesse contexto os sujeitos ficam atônitos sem saber no que acreditar e em qual caminho seguir, culminando numa experiência angustiante e pessimista em relação ao futuro.

Para aplacar essa espécie de mal-estar que, às vezes, é difuso e difícil de nomear, ficamos vigilantes a procura de algum elemento que nos faça dissipar essa experiência desagradável. O temor do esvaziamento de sentido impele à busca individualizada por uma identidade pronta ou objeto a ser consumido, qualquer “perfil requerido para gravitar em alguma órbita do mercado” (ROLNIK, 1997, p. 20).

É nesse ponto que o poder de modelação, camuflado pela ilusão da liberdade e autonomia, incide sobre as pessoas. Como afirma Pelbart (2015) o poder invadiu a vida de modo

rizomático, ou seja, não é preciso uma instituição repressora de referência, com o Estado, para que as pessoas vivam de acordo com a mentalidade dominante, pois agora essas influências estão diluídas em outros dispositivos. Como demonstra Dreyfus e Rabinow (1995) a partir de uma ótica foucaultiana, o controle sobre a vida deslizou de uma posição onde se reconhecia quem o exercia e como era aplicado (a figura do monarca, a coerção, punição etc.) para um modo mais sutil e introjetado de vigilância e domínio dos corpos. Assim, além de um enfraquecimento das instituições defendido por Minerbo (2013), há uma propagação e internalização de outros dispositivos de poder que são determinantes na formação das subjetividades contemporâneas.

Podemos citar como exemplo as redes sociais. Elas funcionam como intermediárias do acelerado fluxo informacional de nossa época, além de propagar discursos que incutem uma falsa sensação de capacidade ao indivíduo como se ele fosse completamente livre e somente seu esforço ditasse o curso de sua vida. Nessa linha de pensamento, qualidades como autonomia, liberdade e desempenho se tornam imperativos, visto que para aumentar “a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho (...) pois a partir de um determinado nível, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento” (HAN, 2017, p. 25).

Esse maior crescimento é, sem dúvidas, relacionado ao acúmulo de capital e ao aprimoramento de si que já não necessita mais de ameaças e punições externas. A intenção é que a cobrança seja internalizada e a demanda por produtividade cresça em sintonia com a ideia de que o valor da pessoa está nas suas posses e capacidade de consumir. Dessa forma, de acordo com Han (2017), se antes a sociedade disciplinar formava delinquentes que desviavam da regra, a sociedade de desempenho produz depressivos e fracassados que sucumbem ao labor. Nas palavras do autor:

O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtudes das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (HAN, 2017, p. 30)

Essa liberdade paradoxal atrelada à produção constante de necessidades artificiais proposta pela esteira do capitalismo gera, na contemporaneidade, a exacerbação do consumo. As subjetividades buscam retornar a um equilíbrio por meio do consumo de mercadorias e perfis identitários nos quais possam se apegar como uma forma lidar com os afetos considerados negativos (ROLNIK, 2018). Nesse cenário de desorientação, esvaziamento de sentido e reificação dos pontos de referência, a subjetividade contemporânea fica à deriva, vagando em busca da melhor ideia para aplacar esse horror vacui. Nesse terreno não faltam vendedores cheios de promessas que anunciam ferozmente: “- consumam para se encaixar e se encaixem para consumir!”, gerando um verdadeiro espetáculo das aparências e uma sensação de desamparo por não conseguir tal encaixe.

Não à toa, Bauman (2008) faz uma observação interessante ao associar a modernidade a uma época de produtores que pensavam em longo prazo e a pós-modernidade - mais próxima ao nosso estilo de vida – a época de consumidores que só pensam no imediato. Considerando isso, a mercadoria consumida não se restringe ao seu uso utilitário concreto e sim aquilo que o consumidor passa a representar com os valores nela acoplados. Muitas mercadorias que são

vendidas e divulgadas atualmente são preenchidas artificialmente por valores que fazem o sujeito associá-las simbolicamente ao bem-estar.

Ao comprar um smartphone, por exemplo, o consumidor tem a sensação que comprou junto a ele: autoestima, felicidade, aceitação social etc. Existe um acréscimo simbólico que transcende a concretude material do objeto. Rolnik (2018, p. 78) observa que:

(...) as mercadorias encontram nas fragilidades – e em sua interpretação fantasmática pelo sujeito que nela projeta o perigo de exclusão, seja por autodepreciação ou por persecutoriedade paranoide – a base para seu consumo garantido, podendo assim multiplicar-se ao infinito.

A cultura do consumo coloniza essa fragilidade e dá o tom de que o consumidor é livre para adquirir a mercadoria e sentir-se completo com ela. À proporção que isso se instala, o sujeito sente-se capaz de gozar dessa liberdade por meio da aquisição de bens, e o consumo se torna outro imperativo na nossa sociedade (TAVARES, 2010; AZEVEDO, 2018).

Tais constatações da dinâmica social dão pistas de como as experiências de sofrimento são construídas. Preza-se pelo imediatismo e pelo consumo e se desaprende a postergar o desejo. As inúmeras opções de consumo induzidas pelo mercado provocam uma sensação de constante insatisfação, além de angústia decorrente da escolha. A valorização do sentimento de liberdade ajuda a compreender a resistência das relações afetivas e interpessoais à permanência com o outro em longo prazo. A permanência nas relações, principalmente as amorosas, é visto como algo negativo, sinônimo de perda, pois enquanto alguém se fixa em uma pessoa ou coisa, ao mesmo tempo, ela perde infinitas outras opções (BAUMAN, 1998; TAVARES, 2010).

Assim, o sujeito experiencia uma ambivalência e um luto simbólico frequente na contemporaneidade e são nessas fragilidades que a racionalidade do mercado arma sua estratégia de captura. Atualmente, a sociedade considera o “ter” como condição primordial para o “ser”, então é preciso estar com os objetos “certos” para ser incluído e valorizado na vida social; do contrário, emerge a exclusão, a sensação de desencaixe e de não pertencimento. Acompanhar as diversas opções de artefatos para consumo se torna uma tarefa extenuante que esgota o indivíduo.

A eterna insatisfação, a culpa, a dívida, o vazio são palavras que tentam traduzir a experiência dos indivíduos, bem como representam as implicações da inalcançável felicidade contemporânea. A prosperidade desse tipo de cultura se alimenta justamente desse caráter do “inalcançável”, pois o desejo que nos é imposto sob o estatuto de “necessidade” é constantemente produzido e renovado. Percebendo esse ciclo, Bauman (2008, p. 63) alerta que uma cultura alimentada por “(...) uma economia orientada para o consumo promove ativamente a deslealdade, solapa a confiança e aprofunda o sentimento de insegurança, tornando-se ela própria uma fonte de (...) infelicidade”.

É uma trama que gera o oposto daquilo que as pessoas estão buscando. As pessoas se encaram como adversárias e a cooperação dá lugar ao individualismo exacerbado que “empurra” os indivíduos para solidão e para a fragilidade dos laços afetivos. Nesses termos:

A ética da sociedade contemporânea configura um ideal de cultura em que os valores soberanos são o autocentramento; o excesso de exterioridade; a exigência do sucesso; do enriquecimento a qualquer preço e de imediato. Há uma redução do homem à dimensão da imagem. A fama parece ter o poder de ser o que substitui a cidadania na cultura do narcisismo e da imagem (MACÊDO, 2012, p. 98).

Quando falamos de uma sociedade que cultua a imagem nos referimos ao privilégio dado às aparências, como também à representação visual da comunicação. O que vale na sociedade do espetáculo atual não é o que se toca e sim o que se ver. “Do automóvel à televisão, todos os bens selecionados pelo sistema espetacular são também as suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das multidões solitárias (DEBORD, 2003, p. 25). Quanto mais as pessoas se encontram presas nas aparências mais a visão delas se estreitam, fazendo com que esse mundo-imagem se torne a única realidade.

Como consequência a vida dos outros - expostas nas molduras virtuais – aparenta ser sempre plena e perfeita, enquanto a de quem ver é falha e incompleta, lançando o espectador na busca desesperada pela completude inatingível, pois o que contempla é apenas uma realidade maquiada. Então, de sujeitos consumidores passamos a ser as próprias mercadorias a serem consumidas (BAUMAN, 2008) e toda essa empreitada é desdobrada para afugentar os sentimentos desagradáveis e para agregar valor social ao sujeito.

Os valores da contemporaneidade associaram a felicidade ao consumo a ponto de criar um mal-estar nas pessoas por não estarem dentro desse cânone que as obriga a serem sempre felizes. Diante disso:

(...) nota-se uma sociedade que não admite emoções como tristeza, dor, entre outras, e que procura neutralizar tais sentimentos pela lógica do consumo, conforme mostra o grande avanço da indústria farmacêutica que promete o fim de vivências que, a despeito de serem importantes, como parte da subjetividade, são desagradáveis e pesadas (OLIVEIRA; RESSEL; JUSTO, 2014, p. 29-30).

Essa apologia à felicidade está carregada de um discurso sobre “aproveitar intensamente o momento” e isso significa seguir um suposto roteiro considerado correto que está atravessado pelo consumo das mais diversas identidades e objetos possíveis como os “discursos que propagam a existência de fórmulas, padrões a serem seguidos que, se bem-aprendidos, desenvolvidos e controlados (...) logram êxito ao atingir seu alvo (GOMES; ANDREONI; GOMES, 2016, p. 253-254). Essa busca incessante pela felicidade gera o consumo de diversas promessas como as drogas do narcotráfico, as drogas da psiquiatria, as vitaminas que prometem uma saúde blindada, as literaturas de autoajuda, as propagandas da publicidade, as tecnologias para a modelação do corpo etc (ROLNIK, 1997; 2018).

Diante desse cenário os psicotrópicos ganham notoriedade com o avanço da medicalização na sociedade. A expansão do saber médico toma para si situações da vida cotidiana que até então não eram objetos de sua intervenção e isso gera críticas ligadas aos interesses econômicos escondidos por trás da preocupação da saúde mental da sociedade (CONRAD, 2007). Os dilemas e conflitos humanos ganham um status de doença a serem tratadas com psicofármacos a partir da justificativa dos desequilíbrios bioquímicos que acometem o indivíduo. É uma transformação paradoxal, pois quanto mais medicações são fabricadas e consumidas maior é o número de incapacitação das pessoas (WHITAKER, 2017).

Nessa lógica, forma-se um ciclo vicioso no qual a indústria farmacêutica está atenta. Como já assinalado, a vida contemporânea demanda um alto rendimento dos sujeitos e uma flexibilidade para se encaixar nos padrões desejados. O esforço para angariar tal perfeição requer um preço: insônia, esgotamento, problemas de autoestima, ansiedade, depressão, irritabilidade, solidão, medo etc. Para isso, a indústria farmacêutica “escolhe nomes sugestivos, que fazem ressoar as demandas do sujeito: Tranxilium, que remete à tranquilidade; Serenid, à serenidade;

Librium, à liberdade (SILVEIRA; ALMEIDA; CARRILHO, 2019, p. 109).

Devido ao paradigma do alto desempenho e a busca pelo lucro da nossa sociedade capitalista existem críticas acerca do que está por trás de todas essas “descobertas” de transtornos e do aumento das prescrições medicamentosas. Pensar a medicalização do século XXI, segundo Garcia (2018), é envolver uma trama complexa entre indústria farmacêutica, a mídia, o mercado consumidor e os profissionais da saúde e, ainda, “a globalização como fator de internacionalização da produção de demandas de saúde, o que envolve pensar a internet, mas também as grandes corporações que se instalam em diversos países” (GARCIA, 2018, p. 44).

“O grande perigo, expõe Conrad (2007, p. 148), é transformar toda diferença em patologia e diminuir nossa tolerância e apreciação a diversidade da vida humana”. Quanto mais o discurso da medicina avança em prol do nosso bem-estar, mais desajustados parecemos ser frente às suas verdades. Em meio às grandes exigências da sociedade de desempenho (HAN, 2017) os psicotrópicos ganham status de aliados para lidar com as adversidades da vida e com suas inevitáveis experiências de sofrimentos. E as crianças, por sua vez, não estão fora de toda essa conjuntura.

APONTAMENTOS SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE PARTE DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Primeiramente, entende-se infância como uma construção social, ou seja, como uma identificação legitimada socialmente e que possui suas variações de acordo com o território, cultura e momento histórico no qual ela está inserida (MATOS, 2013). Nesse sentido, o lugar intitulado “infância”, tal como conhecemos hoje, foi sendo adquirido gradativamente no decorrer das épocas (ARIÈS, 1896).

Na Grécia antiga, revela Neil Postman (1999), que as relações dos gregos com as crianças não era permeada por grandes cuidados. Elas não eram retratadas nas pinturas nem nas estátuas da época e, quando citadas em algumas obras de filósofos, estavam em situações de agressão e ameaça. Conforme o mesmo autor, na Idade Média algumas condições contribuíram para a criança ser invisibilizada. Além da alta taxa de mortalidade, a maior parte do conhecimento era transmitida oralmente e a criança era um elemento neutro até ter domínio da fala. Como a maioria da população era analfabeta, a criança que já sabia se comunicar oralmente ganhava o status de adulto e compartilhava o mesmo espaço informacional das pessoas maiores.

Com a invenção da prensa tipográfica de Gutenberg no final do século XV houve uma cisão do mundo infantil e do mundo adulto. Com a prensa e o aumento da alfabetização, as informações que circulavam eram agora daquelas pessoas adultas que sabiam ler. Em outras palavras, o que definia ser criança e ser adulto era essencialmente o acesso às informações da época (POSTMAN, 1999). A invenção da imprensa auxiliou na disseminação de novas ideias, fato esse que estimulou o desapego de velhos hábitos e a apreensão de novas informações.

Com os avanços da história, René Schérer (2009) aponta que por volta do século XVIII a criança começa a ganhar outra conotação com o pensamento burguês. Os burgueses enxergaram nas crianças a oportunidade de negociação e lucro, pois elas começaram a ser vistas como um ser em potencial para se incutir a mentalidade comerciante. Assim, essa invenção da infância

invade outras atividades humanas, como a arte e a música, fazendo com que as representações disseminadas por esses meios criassem também um sentimento da infância (SCHÉRER, 2009) e tal sentimento de acordo com Ariès (1986) é efeito de um olhar humanizado sobre as crianças, o reconhecimento de sua inocência e paparicação.

Na contemporaneidade a criança ainda é vista como um objeto de investimento no presente para ganhos futuros. As novas configurações familiares, a conquista das mulheres no mercado de trabalho e o ritmo de produção capitalista obrigam os pais a colocarem as crianças cada vez mais cedo nas instituições como creches, pré-escolas ou colégio de tempo integral (VECTORE *et al.*, 2018).

Uma das marcas de parte da infância contemporânea é que cada vez mais se percebe um movimento de redução do tempo livre, pouco contato com os pais, uma maior intervenção de profissionais especializados (psicólogos, pedagogos, professores) e excesso de atividades extracurriculares (esportes, curso de idiomas, aulas de “reforço” escolar etc). Qual será a necessidade de tantas tarefas? Para Guattari (1985) as crianças são iniciadas desde cedo e em tempo integral para adaptarem-se a lógica dominante, adulta e capitalista por excelência. “Quanto mais precoce for a iniciação, mais intenso será o imprinting do controle social (GUATTARI, 1985, p. 53). Em outras palavras, as marcas deixadas nas crianças decorrem de múltiplas influências que frequentemente trabalham para moldá-las ao estilo de vida que visa atender a racionalidade capitalista.

As mudanças na sociedade ajudam a constituir as subjetividades infantis. Nessa atual conjuntura, Garcia, Rodrigues e Castilho (2016) advertem que as mudanças nas cidades, o individualismo, a privatização da vida e a conseqüente perda dos espaços públicos urbanos reduzem a coletividade e o brincar espontâneo que exigia da criança criatividade, contato com a diversidade, cooperativismo, vigor físico, resiliência para lidar com a frustração da derrota etc. Com as inseguranças dos grandes centros urbanos os pais optam por shoppings centers, um dos grandes centros do consumismo contemporâneo (CARVALHO, 2015).

Dessa forma, a cultura do consumo guia as preferências e modifica as subjetividades infantis. Basta atentar como as crianças, desde a mais tenra idade, estão em contato com as tecnologias - especialmente os smartphones - quietas e fascinadas com as inúmeras opções de entretenimento. O perfil da nova diversão são as redes sociais, conversas virtuais, vídeos da internet, jogos eletrônicos etc. “Os corpos quase sempre estão inertes, sentados, às vezes caminhando juntos, porém distantes uns dos outros (GARCIA; RODRIGUES; CASTILHO, 2016, p. 35)”. O famigerado “botão de desliga das crianças” parece ter sido inventado.

Entretanto, “(...) o controle excessivo, a segregação e o enclausuramento institucionalizado de diferentes maneiras podem causar efeitos negativos na educação e desenvolvimento das crianças” (GARCIA; RODRIGUES; CASTILHO, 2016, p. 38). A redução do contato com outras crianças, a falta de espontaneidade no brincar, o cotidiano sufocado e disciplinado pelas instituições, favorece a perda de contato com a alteridade. A criança fica restrita a certos espaços e obedece a determinados padrões, assim, os “olhos ficam fechados” para o diferente, para crianças de outra raça, classe, religiões, para diferentes brincadeiras, modos de falar e de se vestir etc.

A tese do desaparecimento da infância que, consoante Postman (1999), aconteceu por

conta que a televisão rompeu barreiras informacionais que somente o adulto tinha acesso, dá lugar não ao desaparecimento em si, mas ao nascimento de uma infância digital que tem acesso facilitado às informações. Esse acesso permite o aprendizado dos modelos dominantes relacionados ao comportamento, a moda, a alimentação, a saúde e, sobretudo, ao entretenimento.

O acesso precoce a esses meios audiovisuais facilita a iniciação à lógica dominante (GUATTARI, 1985) que está interessada num tipo de formação subjetiva muito específica. Nesse ponto, a publicidade infantil conhece muito bem as virtudes valorizadas na contemporaneidade que estão alinhadas com princípios capitalistas que exercem controle na produção de desejos e nos modos de ser. A regulação das subjetividades é uma maneira de exercer poder que está espalhada de forma rizomática na sociedade (PELBART, 2015). Como afirma Rovieri e Santos (2016), ela não está apenas nos espaços institucionais, está na música, filmes, desenhos, brinquedos, propagandas etc.

A publicidade tem características muito semelhantes na forma que exercer poder sobre as crianças, o que a fez tomar o público infantil como um alvo promissor para a modelação de uma subjetividade consumista e sintonizada com os valores capitalistas. A infância passou a ser alvo das propagandas para o consumo colocando-a como agente decisório sobre os itens a serem adquiridos apesar de os pais serem os reais detentores do capital (ALBERTINI; DOMINGUES, 2015).

Dessa maneira, vê-se, por exemplo, alimentos com figuras de desenhos animados que incentivam uma “alimentação divertida”; parques temáticos que convidam a criança a desfrutar de um ambiente de sonho e magia; ídolos musicais que se apresentam como modelos de prestígio e sucesso para crianças e adolescentes; filmes que imediatamente tornam-se produtos e brinquedos, que, com o lançamento de outra novidade, logo ficarão obsoletos (ROVERI; SANTOS, 2016, p. 160)

Percebe-se que o lúdico é utilizado como ferramenta para privilegiar o possuir. E não apenas possuir o objeto em si, mas o que a ele acompanha, a saber, uma suposta diversão, um suposto sonho, enfim, uma suposta sensação de plenitude que só é angariada por meio do consumo. Para as autoras, essas propagandas podem provocar um efeito oposto ao prometido como, por exemplo, a obesidade infantil, a erotização precoce e a redução de brincadeiras criativas (ROVERI; SANTOS, 2016). É um verdadeiro condicionamento que quanto mais cedo se inicia mais forte se tornará com o passar do tempo a ponto de o adulto se encantar com as propagandas a eles direcionadas que utilizam o mesmo artifício só que com mercadorias diferentes como automóveis e bebidas alcoólicas.

É com essa influência da publicidade que a necessidade é forjada de acordo com os interesses do mercado e encontra um caminho fácil na esfera infantil que, muitas vezes, não possui capacidade crítica para colocar em dúvida o que é apresentado. O resultado disso pode ser entendido na formação de um ser desejante que não quer outra coisa a não ser uma marca específica, o brinquedo que aparece mais nas vitrines, a roupa de determinada grife etc. Desse modo, “(...) o consumo, a informação, e a tecnologia são responsáveis pelos modos de subjetivação, redefinindo o lugar social ocupado por crianças (SOUZA, 2016, p. 202).

Nessa esteira as próprias crianças se tornam produtos a serem consumidos. As propagandas publicitárias se utilizam das crianças para disseminar seus produtos ao mesmo tempo em que, intencionalmente ou não, mostram um padrão de criança “correto” para as outras terem como referência. Assim, Sampaio (2016, p. 226) enfatiza que para a criança não ser excluída dos

seus pares os “(...) artigos eletrônicos, vestuário e sapatos passam a figurar no topo da lista de artigos preferidos pelo público infantil, criando consigo, no plano simbólico, valores agregados da modernidade, da riqueza e do poder”.

Em tempos de digital influencers esse plano simbólico é constantemente estimulado e pode contribuir para a erotização das crianças. A pesquisa de Muller e Schmidt (2018) aborda que essa erotização é um fenômeno permeado por questões de gênero que impele as meninas ao “ideal” de mulher contemporânea. Seus corpos são midiaticizados de forma a enaltecerem certas partes (seios, glúteo, coxas) e influenciados a estarem, a qualquer custo, no padrão de beleza para serem exibidos. Com a facilidade de acesso as plataformas digitais, as crianças não escapam dessas pressões sociais e buscam enquadrar-se no que é mais aceito e no que proporciona mais status no mundo virtual.

À guisa de exemplo, a matéria intitulada “Efeitos da hipersexualização: meninas transformadas em ‘Lolitas’”, Carmona (2017) aponta os concursos de belezas infantis com pouca roupa, a constante preocupação com dietas, o aumento de procedimentos estéticos como presentes de aniversários, o crescente diagnóstico de transtornos alimentares (bulimia e anorexia) como marcadores cotidianos da erotização infantil que evidenciam o foco na “construção” de um corpo objetificado e sexualizado a partir dos padrões machistas. É uma pressão precoce que faz com que as crianças se sintam desencaixadas e inferiorizadas como se existisse algo de errado com elas.

Isso faz com que elas ou os responsáveis busquem por intervenções que “reparem esses desvios”. Por isso, o tema da medicalização emerge como um fenômeno que cada vez mais cerca a vida das crianças para restaurar ou intervir no que está “anormal”. A medicalização não se restringe apenas a expansão da mercantilização de medicamentos na sociedade, ela engloba a trajetória do saber médico como o “único” caminho legítimo para o cuidado das pessoas e, mais ainda, a crescente pulverização desse saber nos discursos da sociedade juntamente com o corporativismo da indústria farmacêutica (TORCATO, 2016).

Dentre os fármacos que mais se destacam entre as crianças contemporâneas está o metilfenidato, comercialmente vendido como Ritalina. Martinhago (2018) aponta que disseminação das informações nas redes sociais contribui para a expansão do uso da Ritalina, assim como a afirmação do transtorno na mentalidade dos familiares. As indústrias farmacêuticas inserem-se nas mídias virtuais e divulgam suas propagandas de venda encobertas com uma aparência de conteúdo educativo, enquanto, na verdade, estimulam nas suas postagens a necessidade do consumo da medicação e do tratamento médico do transtorno, fortalecendo a interpretação do TDAH como déficit orgânico.

Além disso, Martinhago (2018) ressalta a tendência para as pessoas reconhecerem o TDAH como um mal a ser combatido. Esse reconhecimento não é uma atitude negativa em si, porém pode ocasionar uma necessidade ainda maior de diagnósticos, uma forte identificação por parte do diagnosticado com as representações que o transtorno suscita e uma redução dessa criança à patologia por parte das pessoas que a cercam. As postagens analisadas pela autora tinham cunho lúdico, apelativo e ambíguo, pois misturavam situações cotidianas com os sintomas ligados ao transtorno para provocar interpretações tendenciosas como: “inquietude é igual a hiperatividade” e “falta de concentração nos conteúdos escolares é déficit na atenção”.

O lado sociocultural na composição dos diagnósticos e do sofrimento infantil é pouco disseminado para pais e professores e o discurso que impera quanto ao sofrimento da criança é sintetizado nos “desequilíbrios dos neurotransmissores”, uma herança genética ou um excesso de excitação do sistema nervoso central. A interpretação da falha biológica impele que as pessoas encontrem algum profissional que ajuste a “falha” e, quando a interpretação dessa falta de ajustamento se restringe a ótica orgânica, o único meio conhecido e confiável é passa a ser a medicação. Assim, privilegia-se uma única interpretação desse fenômeno, enquanto a necessidade de apontar e compartilhar com pais, professores e a sociedade em geral a compreensão do dito transtorno pela ótica social e cultural fica esquecida.

Dessa maneira, percebe-se que quando se está fora das diferentes normas que regem a sociedade é que taxamos a criança como desatenta sendo que a mesma criança, muitas vezes, distribui sua atenção entre televisão, celular, vídeo game, pais, escola etc. Muitas dessas crianças diagnosticadas e medicadas precocemente estão inclinadas à atenção difusa devido à habituação em atender diversos núcleos de informação típicos da nossa época. Não devemos esquecer que essas mesmas crianças são filhas de pais que já estão capturados pelo modo de vida contemporâneo. Pais que, por vezes, não tem tempo de fornecer a atenção a seus filhos, pois estão imersos na execução quase automática da tarefa principal do cenário contemporâneo: produzir.

É válido afirmar que não se trata de disseminar uma ideia que crianças desatentas ou muito ativas não existam. Entretanto, há a necessidade de frear certos discursos hegemônicos e produzir outros que friccionem o pensar, além de ser o menos possível conivente com o uso massivo de medicações indevidas que podem comprometer as relações familiares, estigmatizar a criança ou fazê-la frequentar sessões psicoterapêuticas sem necessidade.

E O SOFRIMENTO INFANTIL?

Diante do acesso à informação no mundo contemporâneo, a criança pode ter contato com informações lesivas. Por exemplo, “a boneca momo”, jogo da baleia azul e os “desafios” propostos por youtubers ou por qualquer outra pessoa mal intencionada. Quanto mais cedo a criança tiver posse de um smartphone mais rápido ela entrará em contato com uma rede de influenciadores que vão rivalizar com os pais no modo de educar. Na Era da Informação, as influências virtuais são pressões externas que os pais não têm como deter, apenas controlar ou evitar o máximo possível, principalmente quando não se consegue dá supervisão. Os pais não têm tempo suficiente para ficarem com os filhos devido à necessidade de trabalhar

Atualmente, as referências são múltiplas e, enquanto os pais não podem ficar com os filhos, as telas tomam de conta. Muitas vezes as telas capturam os próprios pais. Mesmo com todos os filtros e as funções de privacidade contidas nas plataformas digitais, os algoritmos trabalham para fazer o usuário depender do serviço. Então, não é só o conteúdo que pode ser lesivo, mas o hábito que é imposto desde cedo nas crianças e que futuramente vão competir com a rotina escolar, com a necessidade de realizar atividades físicas, com o contato face a face. Como citado anteriormente, o corpo da criança fica inerte frente aos jogos online, as redes sociais, aos vídeos etc. Com essa transformação da diversão elas crescem reclusas, às vezes solitárias, sem brincadeiras que não se restrinjam ao plano virtual. Assim, a criança pode habi-

tuar-se a não sentir a necessidade de estabelecer um diálogo, falar sobre suas emoções, pois na contemporaneidade se privilegiam as relações líquidas (BAUMAN, 2001) que transformam amigos em seguidores.

A criança fica acorrentada aos padrões expostos pela publicidade que estão inseridos em vários dispositivos. Com isso, elas olham para si e percebem um estranhamento como se algo nelas estivesse “errado”. Isso se dá pela veneração dos “deuses virtuais” que ocorre no plano das mídias como Instagram, Youtube, Facebook e que impele a criança a ser como o youtuber ou como o influenciador digital. Isso tende a gerar um sentimento de ansiedade pela busca do ideal. Trata-se de uma busca fadada ao fracasso para grande maioria das pessoas, pois o ideal é mutável e rapidamente se dissipa, dando lugar a outra novidade tão fugaz quanto à anterior.

A ansiedade pela busca vem acompanhada de tristeza decorrente do insucesso do esforço. É nesses termos que podemos pegar a ideia de Han (2017) sobre uma sociedade que produz fracassados e implicá-la na esfera infantil, pois as crianças não estão alienadas dessa cultura. São tantas demandas por desempenho que as atenções das crianças raramente se sustentam num foco e sua ação no mundo é demanda pelas atividades que aparecem, necessitando ter uma hiperatividade por parte da criança para atender as exigências. Muitas delas têm a escola, o reforço escolar, as aulas de idiomas e outras “obrigações” que preenchem sua rotina sobrando pouco espaço para o lúdico (a não ser pelos jogos dos smartphones) e para suas próprias criações.

Esse último aspecto é importantíssimo, pois com a rotina cheia de elementos externos a criança não desenvolve recursos para lidar com o nada. Estando habituada a sempre estar fazendo algo direcionado por uma responsabilidade ou por um jogo online ou vídeo, quando ela se vê sem esses elementos é lançada no tédio, que é visto como algo negativo e difícil de lidar. Nesses termos, ela experimenta sofrimento decorrente do “não fazer”, pois em meio a uma rotina atribulada, ainda não aprendeu a lidar com essa frustração.

Nessa conjuntura, o consumismo aparece como um elemento para lidar com esse tédio. Com todo o trabalho da publicidade, a criança desde cedo é ensinada a buscar algum elemento de consumo para não ser excluída de seus pares. É uma captura que coloca todos num ciclo vicioso em que o ter legitima o valor social das pessoas. Dessa forma a criança cresce com essa mentalidade de precisar ser como os outros, de se encaixar no rebanho e não considerar sua diferença, bem como excluir o diferente. Essa formação da subjetividade pode refletir em fenômenos (bullying, cyberbullying, preconceito racial etc) que tendem a massacrar o outro, excluí-lo e apontar suas diferenças como defeitos. Afinal de contas o outro é tido como adversário.

É no estranhamento à diferença que as etiquetas patológicas se instalam sob a interpretação de desequilíbrios químicos e o número de crianças medicadas cresce a cada ano, bem como sua frequência nos consultórios de psicólogos, psicopedagogos e psiquiatras. Dessa forma, as conjunturas sociais e culturais são deixadas de lado na compreensão do sofrimento enquanto o lucro só aumenta. Se hoje falamos tanto em felicidade e nos preocupamos tanto com a saúde mental é porque o sofrimento é presente em nossas vidas e, ao invés de percebermos também a forma como o estilo de vida é capturado desde cedo pela ótica de mercado e pelas pressões sociais, nos atemos apenas ao que é mais comentado pela mídia e pelo discurso biomédico: que o sofrimento psíquico é decorrente de uma “falha interna”. Isso é péssimo para as crianças, pois o sofrimento psíquico nunca vai acabar e a felicidade plena nunca vai ser alcançada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que queremos das nossas crianças contemporâneas? Por todos os estudos lidos, se faz delas um pequeno empresário ansioso: o adulto empreendedor de si, com várias tarefas e metas, sem tempo a perder com assuntos menos pragmáticos (como a saúde emocional, por exemplo) e caminhando rumo à estabilidade financeira e a construção da aparência bem sucedida. Parte da infância de hoje é um pouco disso tudo. As multitarefas representam essa preocupação em forjar um adulto de referência. Do reforço escolar às aulas de idioma, da consulta com o psiquiatra à sessão com o psicólogo. Toda uma rotina para sanar o sofrimento atual ou para prevenir males futuros. Só nos resta saber se esse “mal” não está sendo induzido pelo estilo de vida contemporâneo do consumo, da competitividade, da performance e dos psicotrópicos.

Por fim, creio que a complexidade do sofrimento infantil não possa ser reduzida a uma só explicação. Agora, o que não deve ser feito é tirar dos responsáveis pelas crianças a chance de conhecer outras perspectivas que não reduzem o sofrimento ao transtorno. Desse modo, como profissionais, poderemos ser menos coniventes com um modo de viver que tem se mostrado profundamente debilitador da potência de vida que move as crianças e que contagia a nós, adultos.

REFERÊNCIAS

ALBERTINI, M. N. B.; DOMINGUES, S. C. Infância, consumo e educação: conexões e diálogos. R. Inter. INTERthesis, v. 13, n. 1, p. 21-37, 2016. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n1p21>

ARIÈS, P. História da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, L. J. C. Considerações sobre a medicalização: uma perspectiva cultural contemporânea. CES Psicologia, v. 11, n. 2, p. 1-12, 2018. doi: <https://dx.doi.org/10.21615/cesp.11.2.1>

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: transformações das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARMONA, O. Efeitos da hipersexualização: meninas transformadas em “Lolitas”. El País, 2017. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/30/cultura/1496151116_106223.html

CARVALHO, L. D. Educação integral e institucionalização da infância: o que as crianças dizem da/na escola. Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 19, n. 42, p. 45-68, 2015.

CONRAD, P. The medicalization of society: On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 2007.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. eBookBrasil.com, 2003.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- GARCIA, R. M. Medicalização da infância e políticas sociais: processos de submissão e resistência na produção da economia da diferença. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Recuperado de: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25216>
- GARCIA, V. A.; RODRIGUES, J. P.; CASTILHO, J. C. Institucionalização da infância: a guerra dos botões brincada por meio de regras institucionalizantes. *Saber & Educar*, v. 21, n. 1, p. 30-39, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.17346/se.vol21.227>
- GOMES, V. M. L. R.; ANDREONI, R.; GOMES, L. B. As emoções e a felicidade na contemporaneidade: reflexões em torno da abordagem discursiva da animação divertida mente. *Conexão – Comunicação e Cultura (UCS)*, v. 15, n. 30, p. 241-255, 2016.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- MACÊDO, K. B. O desamparo do indivíduo na modernidade. *ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 2, n. 1, p. 94-107, 2012. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/742>
- MARTINHAGO, F. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3327-3336, 2018. doi: 10.1590/1413-812320182310.15902018
- MATOS, J. C. O perguntar filosófico das crianças. *Childhood & philosophy*, v. 9, n. 18, p. 363-379, 2013. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/5120/512051609008.pdf>
- MINERBO, M. Ser e sofrer, hoje. *Ide*, v. 35, n. 55, p. 31-42, 2013. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000100004
- MULLER, J. W.; SCHMIDT, S. P. Pequenas estrelas do instagram: a erotização das meninas em uma rede social. *RCO*, v. 10, n. 3, p. 101-121, 2018. doi: <https://doi.org/10.25112/rco.v3i0.1603>
- OLIVEIRA, A. A. A.; RESSTEL, C. C. F. P.; JUSTO, J. S. Desamparo psíquico na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 13, n. 1, p. 21-32, 2014. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v13n1/a03.pdf>
- PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde soc.*, v. 24, n. 1, p. 19-26, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015S01002>.
- PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: Saúde mental e individualidade contemporânea. *Tempo Social*, v. 27, n. 1, p. 139-159, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015017>.
- POSTMAN, N. *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Grafhia Editorial, 1999.
- RIBEIRO, A. S. *et al.* Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 32, n. 1, p. 46-56, 2020. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5674>
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.* v. 20, n. 2, 2007.

- ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempo de globalização. In: Lins, D. (Org.). *Cultura e subjetividade: Saberes Nômades* (1a ed., pp. 19-25). Campinas: Papirus, 1997.
- ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROVERI, F. T.; SANTOS, A. C. P. M. Mídia, consumo e publicidade: refletindo sobre o brincar na educação infantil. *Espaço pedagógico*, v. 23, n. 1, p. 157-170, 2016. doi: <https://doi.org/10.5335/rep.v23i1.6362>
- SAMPAIO, I. V. Reconfigurações das culturas infantis sob a égide do consumo e da convergência midiática. In L. Fontenelle (org.). *Criança e consumo: 10 anos de transformação* (1a ed., pp. 214-242). São Paulo, Alana, 2016.
- SANTOS, P.C.C.; PEDROSO, L.A.; SEBASTIAO, E.C.O. O abuso de psicofármacos na atualidade e a medicalização da vida. *Brazilian Journal of Health Pharmacy*, v. 1, n. 4, 2019.
- SCHÉRER, R. *Infantis - Charles Fourier e a infância para além das crianças*. São Paulo: autêntica, 2009.
- SILVEIRA, L. C.; ALMEIDA, A. N.; CARRILHO, C. Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto gadget do capitalismo. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 107-120, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019180615>
- SOUZA, S. J. Por uma crítica dos modos de subjetivação na cultura do consumo: crianças e adultos em ação. In L. Fontenelle (org.). *Criança e consumo: 10 anos de transformação* (1a ed., pp. 200-214). São Paulo, Alana, 2016.
- TAVARES, L. A. T. *A depressão como "mal-estar" contemporâneo: medicalização e (ex)-sistêcia do sujeito depressivo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- THIENGO, D. L.; CALVACANTE, M. T.; LOVISI, G. M. Prevalência de transtornos entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática. *J Bras Psiquiatr.*, v. 3, n. 4, p. 360-72, 2014. <https://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000046>
- TORCATO, C. E. O metilfenidato, a escola e a cultura farmacológica contemporânea. *Revista Teias*, v. 17, n. 45, p. 83-97, 2016. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24597>
- VECTORE, C. *et al.* "Ele foi orçado, mas não planejado!": a infância na contemporaneidade. *CES Psicología*, v. 11, n. 2, p. 37-52, 2018. doi: <https://dx.doi.org/10.21615/cesp.11.2.4>
- VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde Debate*, v. 42, n. 4, p. 175-186, 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s414>
- WHITAKER, R. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.